

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA
FILHO”**

**Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
Departamento de Economia**

DANIELLE DE ALMEIDA MOTA SOARES

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE SOCIAL: um
estudo sobre os aspectos sociais presentes na obra de Raúl Prebisch

ARARAQUARA – S.P.
ANO 2015

DANIELLE DE ALMEIDA MOTA SOARES

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE SOCIAL: um
estudo sobre os aspectos sociais presentes na obra de Raúl Prebisch

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Conselho de Curso de Ciências
Econômicas, da Faculdade de Ciências e Letras –
Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção
do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Adílson Marques Gennari

ARARAQUARA – S.P
2015

DANIELLE DE ALMEIDA MOTA SOARES

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE SOCIAL: um
estudo sobre os aspectos sociais presentes na obra de Raúl Prebisch

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Conselho de Curso de Ciências
Econômicas, da Faculdade de Ciências e Letras –
Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção
do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Adílson Marques Gennari

Data da defesa/entrega: 12/01/2014

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Adílson Marques Gennari
Faculdade de Ciências e Letras – FCLAR/UNESP
Departamento de Ciências Econômicas.

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Luciana Togeiro de Almeida
Faculdade de Ciências e Letras – FCLAR/UNESP
Departamento de Ciências Econômicas.

Àqueles que apesar de todas as adversidades sempre acreditaram que eu seria capaz de atingir meus objetivos.

AGRADECIMENTOS.

A minha mãe Nilzete Lopes de Almeida por toda a força e apoio na conquista dos meus objetivos, pela calma e pelos conselhos nos meus momentos de desespero e por todos os ensinamentos que me fizeram a pessoa que eu sou hoje. As minhas irmãs Yvanna Schmeling Lins de Melo e Kamilla Schmeling Lins de Melo por todo amor, carinho e chamadas de atenção mesmo que de longe. Aos meus avós Sônia Martins Schmeling e João Sandes pelos incentivos e pela confiança desde que eu era pequena.

Aos meus amigos que estiveram ao meu lado durante esses anos nos estudos, nas festas, nos sorvetes nas risadas e no dia daquela prova difícil. Em especial aos da República Pocilga, André Vinicius da Nóbrega Cassiano, Felipe Mira, Lucas Pellegrino, Rafael Canotilho e aos pertencentes da minha sala Jéssica Vergara Aiello, Marjorie Baldim, Mayara Garcia e Yara Commar Curia.

Ao meu orientador Adílson Marques Gennari pela paciência e ajuda ao longo desse trabalho e a todos os outros professores que influenciaram na formação da futura economista que serei.

“Muito sérias são as contradições que ali se apresentam: prosperidade e às vezes opulência em um extremo; persistente pobreza em outro. É um sistema excludente.”

Raúl Prebisch (1981, p.14, tradução nossa).

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os aspectos sociais presentes nas obras do economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986). Pautando-se na pesquisa do autor acerca do desenvolvimento econômico dos países periféricos, procuramos ilustrar a maneira como se interligaram fatores econômicos e sociais em uma teoria desenvolvimentista para a periferia da economia mundial. Para alcançar tal objetivo foram utilizadas como eixo bibliográfico principal as seis obras de Prebisch consideradas como essenciais pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal) tais textos são: “A Introdução a Keynes”, “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”, “O falso dilema entre o desenvolvimento econômico e a estabilidade monetária”, “Dinâmica do desenvolvimento latino-americano”, “Capitalismo periférico: crise e transformação” e “Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo (Cinco etapas do meu pensamento sobre o desenvolvimento)”. Primeiramente serão expostos os tópicos imprescindíveis ao desenvolvimento econômico de acordo com o autor, como a industrialização dos países periféricos como meio de elevar a renda das massas e a forma como deveria ser coordenada além da condução teórica do autor diante dos acontecimentos históricos; a evolução da deterioração dos termos de troca entre os países periféricos e centrais e a necessidade dos ganhos de produtividade para aumentar a renda do trabalhador. Feito isso será exposto, como esses termos se alinham às disparidades sociais e quais definições são incorporadas pelo autor sobre o assunto.

Palavras – chave: Desenvolvimento Econômico. Desigualdade Social. Produtividade.

ABSTRACT

This study aims to conduct an analysis on the social aspects present in the works of the Argentine economist Raúl Prebisch (1901-1986). Based on the author's research on the economic development of the peripheral countries, it will be demonstrated how the social and economic factors have interconnected in the developmental theory of the peripheral worldwide economy. To achieve this goal, the six works of Prebisch considered essentials by Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) were used as main bibliographic axis. Such texts are: "Introduction to Keynes", "The Economic Development of Latin America and Its Principal Problems", "Economic development or monetary stability: the false dilemma", "Towards a Dynamic Development Policy for Latin America", ".Change and Development: Latin America's Great Task", "Capitalismo periférico: crisis y transformación", "Five stages in my thinking on development". Firstly the topics essential to economic development according to the author will be exposed, such as industrialization of peripheral countries as a means of raising the income of masses and the way it should be coordinated beyond the theoretical author's choice on historical events, the evolution of the deterioration of terms of trade between peripheral and central countries and the need for productivity gains to increase the income of the worker. Afterwards it will be exposed how such terms align with social inequalities and which definitions are incorporated by the author on the subject.

Keywords: Economic Development. Social Inequalities. Productivity.

SUMÁRIO

1 INDUSTRIALIZAÇÃO	10
1.1 Introdução	10
1.2 Industrialização e substituição de importações	12
1.3 As cinco fases de Prebisch	22
2 DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE TROCA E GANHOS DE PRODUTIVIDADE	25
2.1 Introdução	25
2.2 Deterioração dos termos de troca e produtividade	25
3 DESIGUALDADE SOCIAL	37
3.1 Introdução	37
3.2 Desigualdade Social	37
Conclusão	49
Bibliografia	50

1. INDUSTRIALIZAÇÃO

1.1 Introdução

O século XX começa em um momento de tensões em diversos âmbitos, a decadência do padrão ouro, as colônias europeias presentes no continente Africano e Asiático e os conflitos causados dentro das próprias e entre os países europeus, o aumento da conscientização trabalhista, o crescimento da influência dos Estados Unidos e a decadência da hegemonia inglesa, além de duas guerras mundiais e uma crise econômica mundial seguida de um período de depressão. Este momento presenciou o aparecimento e reformulação de diversas ideologias e ideias, em sua maioria, divergentes.

O capitalismo e o socialismo depois da Segunda Guerra Mundial foram as ideologias que tiveram maior ênfase e passaram a ser vistas como as alternativas a serem seguidas pelos países no processo de reconstrução pós Segunda Guerra Mundial. Assim, Celso Furtado, em seu livro “A fantasia organizada”, ao refletir durante sua volta ao continente europeu em um cenário de devastação depois de duas guerras mundiais escreve: “o mundo seria moldado pelas forças que viessem a prevalecer no processo de reconstrução da Europa, em particular da Europa Ocidental” (FURTADO, 1985, p. 14).

A América Latina no início do século XX é colocada como fonte de produtos primários para países do Norte, para Hobsbawm, no livro “A Era dos Extremos: O breve século XX”, não se cogitava a ideia de industrialização nesses países, exemplifica com a situação dos países do Cone Sul da América Latina, nos quais o processamento de alguns alimentos facilitaria o seu transporte, como o caso da carne, no entanto o que parecia a escolha óbvia não era vista como uma possibilidade. O pensamento dos empresários e governos dos países do Norte estimulava esta ordem, reafirmando que os países do “mundo dependente” deveriam pagar pelas manufaturas por meio da exportação de seus produtos primários. (HOBSBAWM, 1995).

No Brasil, segundo Celso Furtado, foram nos anos 30 que se começou a questionar a base econômica predominantemente agrária que havia no país, defendida pelas elites que influenciavam o país. Os maiores obstáculos colocado pelo autor para o país era a dependência que o processo de industrialização teria da importação de máquinas, além de uma classe dominante que conduzisse esse processo. (FURTADO, 2000).

Na América Latina houve algumas experiências iniciais de industrialização nos períodos em que ocorreram a Primeira e Segunda Guerra Mundial, no entanto os altos custos

nesses períodos para produção de industrializados desestimulavam a continuidade do processo quando terminaram as guerras mundiais. (FURTADO, 2000).

Em meio a esse cenário plural a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, criou a Comissão Econômica para América Latina (Cepal) com sede em Santiago no Chile. No início contava com um corpo pequeno de pessoas, incluindo o economista brasileiro Celso Furtado, no entanto o prestígio da instituição muda com a consultoria do então já renomado economista argentino Raúl Prebisch, com o objetivo de fazer uma análise da situação dos países latino-americanos para a Conferência da Cepal em Havana. (FURTADO, 2000).

Raúl Prebisch foi um economista argentino formado pela Universidade de Buenos Aires que como a maioria na época teve uma formação neoclássica, suas concepções mudam com os desdobramentos históricos da grande depressão, pois o Estado teve participação na superação da crise pelos Estados Unidos o que levou Prebisch as primeiras indagações sobre as suas crenças econômicas. (PREBISCH, 1986).

Celso Furtado descreve a chegada de Prebisch a Cepal com entusiasmo, como elucidado no fragmento a seguir:

Mas foi quando Prebisch assumiu o comando da instituição que percebi que estávamos diante da possibilidade de fazer coisas de real importância. Ele havia dirigido o Banco Central da Argentina nos anos 30 e praticara uma política anticíclica que lhe dera prestígio internacional. (FURTADO, 2000, p. 18).

A instituição recebera enfim um economista latino americano já reconhecido na época, para dar-lhes maior impulso e visibilidade.

A versão final do texto de Prebisch para a Conferência da Cepal em Havana no ano de 1949 entra em circulação para os membros da Cepal pouco antes do embarque para Havana, e causa impacto entre os envolvidos, Celso Furtado o descreve como um manifesto da América Latina para industrializar-se e assim alcançar o desenvolvimento, já nesse texto Prebisch expressa conceitos essenciais em sua obra como o de centro e periferia, a importância da industrialização e a relação das exportações e importações. O referido texto tem considerável impacto, principalmente no Brasil, o qual foi traduzido por Celso Furtado. (FURTADO, 1985).

Prebisch teve grande influência e se influenciou pela Cepal, no tempo em que esteve presente na comissão (1948-1972), e em toda a sua obra que se estende até o ano de 1986. Neste ano Prebisch divide seu pensamento em cinco estágios, desde suas primeiras

indagações sobre as dinâmicas distintas de centro e periferia até os desdobramentos e falhas da industrialização obtida. (PREBISCH, 1986).

A introdução desse capítulo teve como objetivo expor o contexto histórico de Prebisch e algumas experiências profissionais e acadêmicas mais relevantes. O presente capítulo terá a seção 1.2 explorando a importância da industrialização periférica sob a ótica do autor, a forma como deveria ser conduzida e os resultados sociais que se almejavam com a industrialização, após expostas às expectativas relacionadas à industrialização, serão mostrados os desdobramentos reais da industrialização e a condução teórica de Prebisch diante dos acontecimentos; a seção 1.3 tem como pretensão expor as cinco fases nas quais o economista divide seu pensamento.

1.2 Industrialização e substituição de importações

O conteúdo do texto intitulado de “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas” de Raúl Prebisch, esboça um cenário no qual os países periféricos incluindo os países da América Latina são exportadores de produtos primários para os países industrializados. Assim, já é introduzida a dicotomia centro e periferia, dentro da dinâmica de países industrializados centrais e países exportadores de matérias primas na posição de periféricos. Além disso, a industrialização não era vista como uma possibilidade aos países designados como novos e a divisão internacional do trabalho, então vigente estimulava a especialização dos países nas atividades exercidas. (PREBISCH, 2000a).

A Divisão Internacional do Trabalho corrente na época indicava que os frutos do progresso técnico seriam divididos de forma equivalente entre os países, por meio da renda ou dos preços, por isso a incoerência em industrializar os países periféricos. A produção de matérias primas nos países periféricos e a industrialização dos países centrais potencializariam a eficiência e proporcionariam a validade dessa teoria e como resultado os benefícios seriam expandidos pelo coletivo. No entanto, de acordo com Prebisch apesar da importância teórica, os frutos do progresso técnico não foram distribuídos de forma igualitária entre os países periféricos e centrais, um dos reflexos que comprovam a não distribuição seriam os diferentes padrões de vidas das massas no centro e na periferia. (PREBISCH, 2000a).

A resolução para essa discrepância entre os países centrais e periféricos seria a industrialização, como mostrado no trecho a seguir, segundo Prebisch:

Daí a importância fundamental da industrialização dos novos países. Ela não constitui um fim em si, mas é o único meio que estes dispõem para ir captando uma parte do produto técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas. (PREBISCH, 2000a, p.72).

Na época referida Celso Furtado, que fazia parte do corpo da Cepal demonstra que possuía as mesmas concepções de Prebisch, assim como outros membros da Cepal quanto ao impacto da industrialização da periferia, em especial a América Latina, conforme fragmento a seguir: “dávamos por certo que o desenvolvimento econômico e sua mola principal, a industrialização, eram condição necessária para resolver os grandes problemas da sociedade brasileira: a pobreza, a concentração de renda e as desigualdades regionais” (FURTADO, 2000, p. 20). Assim, é evidente o pensamento de Prebisch, Celso Furtado e outros intelectuais da industrialização da periferia como meio de solucionar os problemas sociais presentes na periferia.

Os países latino-americanos, no período anterior à depressão, tiveram a experiência de crescimento, por meio das exportações, no entanto esse crescimento para fora não mostra sinais de se repetir. Por isso, a importância de industrializar os países periféricos como meio de desfrutar do progresso técnico e alcançar o desenvolvimento econômico, sem prejuízo a produção primária, pois a exportação desta viabilizaria as importações primordiais para o processo de industrialização. O progresso técnico seria o caminho para a periferia alcançar igualmente os seus frutos, e na conjuntura de industrialização e “legislação social” coerentes haveria um aumento do salário real e esse aumento de renda diminuiria em etapas as diferenças entre os centros e as periferias. (PREBISCH, 2000a).

O Estado possuiria papel primordial, pois um dos destaques de Prebisch (2000a) é o baixo coeficiente de importações dos Estados Unidos, para se alcançar a esse objetivo nos países latino americanos seria necessária uma política seletiva de importações, conduzida pelo Estado, que privilegiasse bens de capitais responsáveis pelo estímulo à industrialização e o posterior desenvolvimento econômico. Um dos meios de executar a política seletiva de importações seria por diferentes taxas de câmbio, o processo então chamado de substituição de importações atingiria seu objetivo de mudança de qualidade das importações. Portanto, o condutor dessa industrialização que almeja o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos teria como principal condutor o Estado.

Durante os anos 30 alguns países já começaram a controlar de alguma maneira as importações, porque apesar do crescimento da renda caso o coeficiente de importações não fosse controlado ocasionaria prejuízos às reservas internacionais dos respectivos países. Nos

países latino-americanos para diminuir o fluxo de importações que poderia causar prejuízos à economia foi contido através de políticas alfandegárias, desvalorização das moedas e há um destaque ao controle cambial das importações que se expandiu rapidamente. A Comissão Técnica Mista Brasil Estados Unidos em seu relatório quanto à situação brasileira indicou uma revisão da composição das importações, além de restringir as importações essenciais através da utilização de diferentes câmbios e que essas fossem adquiridas de países com moedas mais fracas, nisso já se vê o processo chamado por Prebisch de controle cambial “discriminatório”. (PREBISCH, 2000a).

As importações são divididas em dois segmentos, de acordo com Prebisch em 1949, as primeiras seriam “as de caráter impostergável, formadas por produtos e materiais indispensáveis para atingir o máximo de emprego com o mínimo de exportações e, por sua vez, assegurar o atendimento das necessidades correntes” (PREBISCH, 2000a, p. 127) e a segunda categoria seria formada de “importações de bens duráveis de consumo ou de capital que, por sua natureza, podem ser adiadas, assim como as importações de artigos não essenciais para o consumo atual” (PREBISCH, 2000a, p. 127). Cabe ressaltar que nesse momento era almejada a mudança na composição das importações não na quantidade.

O quadro exposto por Prebisch em 1949 mostra a necessidade da América Latina se industrializar e aumentar sua produtividade, por meio de uma seleção de importações que ao atingir o desenvolvimento econômico alcançaria o objetivo social ou elevaria o padrão de vida das massas. Como descrito no trecho a seguir por Prebisch: “Do ponto de vista do desenvolvimento econômico, a elevação máxima do padrão de vida depende da produtividade, e esta depende, em grande parte, de máquinas eficientes.” (PREBISCH, 2000a, p. 135).

O Brasil em 1946, com o mundo em recuperação da Segunda Guerra Mundial, sai do Governo Provisório de Getúlio Vargas e entra no Governo de Dutra (1946-1951), com a influência de Bretton Woods iniciando o governo com uma postura econômica ortodoxa, mas a muda em 1949. De 1951 a 1954 se caracteriza pelo segundo Governo de Getúlio Vargas com uma política econômica bem delimitada, de 54 a 55 o governo interregno de Café Filho e de 56 a 51 é representado pelo Governo de Juscelino Kubitschek. (ABREU, 1995).

Os Governos tiveram papel importante na industrialização brasileira isso se deveu essencialmente a opção de incorporar a industrialização nos seus objetivos de governo elaborando uma conjuntura de resistência favorável com forças suficientes contra as elites adversas à industrialização. O Brasil teve seu processo de industrialização iniciado como

resultado da política cambial da economia brasileira voltada para exportação cafeeira, portanto a política necessária para a defesa dos preços cafeeiros brasileiros perante os internacionais era o controle de importações para minimizar ou extinguir o déficit na balança de pagamentos e proporcionar a estabilidade cambial para manter os preços do café. Assim, o cenário da industrialização evoluiu até ser incorporado aos planos de governo e ter políticas diretas para o seu crescimento. (FURTADO, 2000).

No caso brasileiro houve um aumento do PIB em 1951 e 1952, em 1951 o aumento foi de 4,9% e em 1952 ocorreu um crescimento de 7,3%. Houve influência positiva do aumento das importações, no entanto a industrialização teve índices baixos de crescimento ao contrário da agricultura que teve um aumento não significativo em 1951, além disso, cresce 17% em 1952. No ano de 1953, o PIB cresceu apenas 2,5%, apesar do crescimento da industrialização de 9,3%, no referido ano houve uma seca no Brasil que foi refletido numa queda das exportações primárias, cabe ressaltar que nesse ano houve queda dos investimentos privados ocasionados pela restrição das importações. (ABREU, 1995). Isso demonstra a necessidade do andamento conjunto entre a industrialização e a exportação de produtos primários para obter um resultado positivo na economia e não causar desequilíbrios internos.

No Governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil elaborou um plano baseado nos diagnósticos da Comissão Brasil – Estados Unidos (constituída no Governo de Getúlio Vargas) e de programas como o Cepal-BNDE, os quais apontavam os pontos de estrangulamento estruturais presentes no país; tal plano foi o Plano de Metas que proporcionou taxas de crescimento de 8,2 %, até o ano de 1961. No entanto, essas taxas de crescimento elevadas resultaram em taxas de inflação igualmente elevadas com uma média de 22,6%, além disso, a formação bruta de capital fixo caiu de 15,7 em 1960 para 13, 1 em 1961 a mais baixa registrada desde 1949. (ABREU, 1995).

O cenário brasileiro exposto acima exemplifica que, uma parcela considerável dos países da periferia, apesar de suas peculiaridades e dificuldades conseguiu aumentar seu nível de industrialização. Segundo Hobsbawm, na “Era de Ouro”, a partir dos anos 50, o chamado “Terceiro Mundo” teve a expansão de sua industrialização tanto em países capitalistas como em países socialistas, a produção de manufaturados cresceu quatro vezes mais e os produtos primários cresceram sua produção também, mas em ritmo menor do que a industrialização no caso dos produtos primários devido ao aumento de produtividade. (HOBSBAWM, 1995). Entretanto, a industrialização trouxe consigo algumas consequências negativas entre elas a inflação, que atingiu altos índices nos anos 60.

A inflação, para Prebisch é um problema estrutural e não de ordem financeira ou monetária como o que era defendido pela ortodoxia. Assim, para o desenvolvimento econômico é necessária a formulação de uma base forte e mudanças estruturais econômicas e sociais continuadas, além de uma distribuição de renda compatível com desenvolvimento. (PREBISCH, 2011).

As exportações ganham papel primordial, pois estas ditam o ritmo que vai ocorrer o desenvolvimento. O ciclo usado por Prebisch para descrever os movimentos cíclicos do capitalismo prevê uma alta e uma queda, na fase alta que traduz um crescimento na economia há o aumento das exportações, resultando numa expansão da renda que viabiliza o aumento das importações. No entanto, durante a queda de crescimento as exportações, a renda e as importações se contraem. A crítica à ortodoxia, elaborada por Prebisch, é que deixando os ajustes entre equilíbrio interno e externo culminam num novo equilíbrio que tende a ter a renda mais baixa. (PREBISCH, 2011).

A diminuição da renda não é a única consequência da política ortodoxa, ocorre uma retração da economia e esta pode conduzir a inflação, que pode levar a expansão de crédito e acaba numa situação de desequilíbrio interno. Por isso, a melhor política é a preparação estrutural para evitar problemas internos. (PREBISCH, 2011).

A inflação é dividida por Prebisch em dois grupos, o primeiro é o da inflação tradicional que se refere a investimentos e gastos, no qual a pressão da demanda faz com que os preços subam já o segundo se relaciona aos processos inflacionários surgidos pelo desenvolvimento que se manifestam principalmente em três situações: dispêndio elevado no processo de substituição de importações, o aumento de preços dos produtos agrícolas e a preferência pelo uso de impostos regressivos. Essas situações distribuem a renda de forma regressiva pela população desfavorecendo as classes média e baixa. (PREBISCH, 2011).

O processo de substituição de importações é essencial para viabilizar a industrialização, contudo foi conduzido de forma incompleta. A substituição não obedeceu “as regras de economicidade” e não estimulou o mercado interno, nem o aumento das exportações considerado condição para viabilizar a substituição importações. O problema relatado pela chamada economicidade se relaciona ao não planejamento da correção estrutural para conduzir a substituição de importação, assim o processo substitutivo para ocorrer não tem outra opção a não ser favorecida pelos problemas de desequilíbrio interno e externo que instigam uma política de restrição da importação de produtos finais. A conclusão foi uma pauta de importações fixa, que se restringe a matérias primas, bens intermediários essenciais

alguns bens de capital e alguns produtos de consumo direto. (PREBISCH, 2011). Prebisch descreve essa situação de fragilidade, no seguinte fragmento:

Não deixa de ser paradoxal que a industrialização, em vez de dar uma contribuição expressiva para atenuar o efeito interno das oscilações externas, esteja nos levando a um novo tipo de vulnerabilidade externa que antes não conhecíamos (PREBISCH, 2011, p. 402).

A relação entre as importações e exportações também muda com a execução do processo de substituição de importações isso ocorre, pois este processo eleva os preços dos produtos resultantes num nível maior do que seriam se fossem importados diretamente. O ideal seria o aumento de fatores produtivos nas exportações sem que refletissem uma diminuição nos preços, assim como uma diminuição dos custos; caso este ideal fosse alcançado não seria necessária a industrialização. No entanto isso não aconteceu na América Latina, um dos erros apontados por Prebisch na condução das exportações foram os fatores produtivos terem elevado demasiadamente os custos dos produtos agrícolas estendendo a substituição de importações para facilitar a importação de produtos provenientes da agricultura em detrimento de uma resolução adequada dando a devida atenção ao desenvolvimento compatível com a industrialização do setor rural. (PREBISCH, 2011).

A dicotomia centro periferia exige mudanças estruturais e posturas diferentes das adquiridas pela periferia ao considerar a mesma dinâmica do centro, isso se deve as diferenças de demandas e natureza dos produtos aos quais se especializam e as diferentes conjunturas formadas tanto pelo centro como pela periferia. (PREBISCH, 2011).

Prebisch então reitera a tese de 1949 que a industrialização é o caminho para aumentar o padrão de vida das massas apesar dos dispêndios resultantes do processo de substituição de importações. Isso ocorreria porque a renda per capita na indústria mesmo que fosse inferior a das exportações seria maior do que as outras atividades típicas do subdesenvolvimento como produtos artesanais e a agricultura com o intuito de satisfazer a demanda interna. Assim, se conclui que mesmo com as dificuldades enfrentadas a industrialização seria o meio de aumentar a renda do trabalhador e alcançar o objetivo social. (PREBISCH, 2011).

A industrialização também enfrenta outra dificuldade, a falta de cooperação internacional, isso se deve a exigência de investimentos internacionais que complementariam os investimentos necessários para atingir o grau de mudanças estruturais exigidas para o desenvolvimento dos países latino americanos. As poupanças dos países latino-americanos não são suficientes para financiar esse processo por isso a necessidade de investimento

externo, no entanto teria caráter transitório, até que o resultado desse processo fosse visto e mudasse a ordem internacional corrente. (PREBISCH, 2000b).

Em 1963, Prebisch descreve que a ordem internacional finalmente aceita à industrialização da periferia, vista como um meio necessário como expresso no trecho a seguir: “É fato que, no final das contas, acabou-se por aceitar a industrialização periférica como uma exigência inelutável de desenvolvimento econômico” (PREBISCH, 2000b, p. 457). No entanto, permanece a estrutura que indicava a divisão internacional do trabalho, na qual os países centrais se responsabilizam pela exportação de manufaturados e a periferia pelos produtos primários. Trata-se de um patamar novo as exportações de manufaturados tem uma tendência de crescimento maior do que os produtos primários, essa conjuntura com a industrialização da periferia conduz a um desequilíbrio recorrente nos países periféricos, por isso a necessidade da exportação de produtos industrializados da periferia em conjunto com as exportações das matérias primas para superar esse desequilíbrio, assim é preciso uma alteração na relação geográfica de trocas. (PREBISCH, 2000b).

As relações entre trabalho e renda também não permanecem na mesma concepção, isto porque a indústria até então era considerada o único meio de aumentar a renda por trabalhador, no entanto há uma expansão de Prebisch que inclui ao trabalho na indústria as atividades relacionadas às movimentações de bens que compõem o grupo o qual as atividades crescem em estágio superior a renda e há outro grupo que aumentaria velozmente à medida que a renda crescesse se refere aos trabalhadores qualificados e os servidores públicos. (PREBISCH, 2000b).

A função de absorção da indústria que levaria ao aumento da renda per capita do trabalhador direta ou indiretamente exigem um determinado crescimento da indústria quando isso não ocorre, a parte da população que é expulsa das atividades primárias quando chega às cidades não consegue se inserir nas atividades industriais e correlatas e aceita atividades de baixa renda per capita, não qualificadas ou permanecem desempregados. Por isso a importância de um ritmo estipulado como mínimo de crescimento, sem essa dinâmica a tendência é a marginalização de uma parcela da população urbana. (PREBISCH, 2000b).

O coeficiente de renda per capita na América Latina em 1963 teve um aumento de 1%, distante do indicado por Prebisch que coloca como necessário para obter uma distribuição de renda adequada no mínimo cerca de 3% e da carta de Punta del Leste elaborada pela Cepal que estipulava um porcentagem de 2,5%. Os índices teriam que crescer para trazer um

resultado satisfatório em termos distributivos, apesar da industrialização alcançada. (PREBISCH, 2000b)

O progresso técnico trazido à agricultura induz a uma responsabilidade maior por parte da indústria que tem que absorver a mão de obra deslocada por aquela à medida que aumenta sua produtividade. Além disso, tem outros fatores que influenciam na absorção de mão de obra da indústria como a dinâmica mínima de crescimento e a exigência de uma taxa de investimento mínimo para viabilizar a nova situação. (PREBISCH, 2000b).

A insuficiência dinâmica constitui uma das problemáticas que envolvem a industrialização e sua composição envolve basicamente duas questões, produtividade e investimentos as diferenças entre as duas formam um desequilíbrio. O aumento da produtividade gera um aumento da poupança, no entanto este crescimento não é suficiente para cumprir o papel da industrialização de absorver a mão de obra disponível, apesar de ser um desequilíbrio temporário, tem consequências profundas na economia. Posto isso, o tratamento para o desequilíbrio passageiro é a restrição do consumo, da maneira em que for possível em conjunto com os investimentos complementares provenientes de recursos internacionais. (PREBISCH, 2000b).

O financiamento externo tem que se fazer presente, mas há outros problemas internos que poderiam ter impedido a industrialização. Dentro dos países da América Latina houve uma resistência para a realização do processo de industrialização, por isso coube a Cepal o papel de mostrar que se tratava de um processo coerente e inelutável que fazia parte de um momento histórico diferente de desenvolvimento. Assim, apesar das dificuldades impostas à industrialização ocorreu na periferia. (PREBISCH, 1981).

Prebisch (1981) conclui a industrialização foi alcançada na periferia, no entanto se constituiu com diversas imperfeições. Apesar das falhas a industrialização periférica colocou os países em outro estágio obtendo ganhos que não seriam alcançados apenas com a produção de produtos primários, além disso, as perdas de renda que ocorreram pelos gastos para industrializar os países periféricos foram compensados pelo aumento do produto internacional.

Os países periféricos que anteriormente mantinham suas exportações apenas nos produtos primários passam a exportar produtos manufaturados em conjunto com as exportações tradicionais, isso se deveu ao esforço dos próprios países porque as empresas transnacionais mostram mais interesse em expandir as formas de consumo e não se atentam às

relações de trocas que poderiam ser refeitas formando uma nova dinâmica. (PREBISCH, 1981).

A composição da pauta de exportações dos países periféricos era de apenas produtos primários; e como já dito, Prebisch acreditava na condução do processo de substituição de importações com a continuidade das exportações, pois estas financiariam o processo de industrialização com a poupança disponível criada, além disso, seria necessário o uso de recursos internacionais e restrições de consumo por um momento temporário que ao ser ultrapassado proporcionaria impulso próprio à industrialização. Assim, o progresso técnico alcançado necessário na área rural levaria a expulsão de trabalhadores já prevista das áreas rurais onde se concentravam a maior parte da população, mas não justifica a concentração urbana que se registrou nas cidades periféricas, o correto seria que os frutos do progresso técnico fossem distribuídos pela população colocando nas mãos da população um poder de demanda maior que impulsionaria a economia aumentando a demanda interna, no entanto não é isso o que ocorre, os frutos do progresso técnico se concentraram nas áreas urbanas criando um meio industrial nessas áreas e que para desfrutar dos benefícios do progresso técnico é viável o deslocamento da zona rural para a zona urbana, culminando na concentração populacional nas cidades. (PREBISCH, 1981).

A concentração urbana não diz respeito apenas aos trabalhadores que se deslocam porque esperam encontrar lugar para oferecer sua mão de obra, se refere também aos empresários, rurais especializados na agricultura e em outras atividades primárias, que contribuíram parcialmente com os recursos necessários para a industrialização da periferia e gastam sua renda nas áreas urbanas, constituindo uma nova forma de demanda interna (PREBISCH, 1981).

As cidades tornam-se então um polo de atração para novos investimentos, além disso, as pessoas que já foram atraídas por ela exigem uma infraestrutura de bens e serviços incluindo serviços públicos que concentram mais ainda num só local a maioria da população e a maioria dos investimentos, criando uma espécie de espiral que tende a aumentar ainda mais a concentração urbana. (PREBISCH, 1981).

As composições estruturais sofrem alterações com a vinda da industrialização, por isso de acordo com Prebisch, há uma divisão em quatro fases distintas. A primeira fase acontece no momento anterior à industrialização, no qual as forças políticas são compostas pelas elites agrárias, empresários e comerciantes que são formadas comumente pela classe média tradicional. A classe predominante usava grande parte dos lucros auferidos na

aquisição de produtos externos a economia não estimulando a demanda interna. Quanto às camadas inferiores se mantém espalhadas pelo campo sem força sindical e sem poder político. (PREBISCH, 1981)

A segunda fase representa o início da industrialização, no qual os primórdios do progresso técnico são aplicados nas atividades exportadoras constituídas de produtos primários e o excedente criado a partir do progresso técnico vindos dessas atividades é empregado em novas áreas de investimento. Há uma mobilidade na entrada de alguns novos membros nas camadas superiores da sociedade detentoras dos poderes políticos, no entanto as classes superiores permanecem dando a mesma atenção as classe inferiores que continuam a margem das decisões sociais sem uma política redistributiva adequada. (PREBISCH, 1981)

A terceira fase ocorre num momento de concentração urbana no qual as camadas detentoras do poder político estão dilatadas, no entanto as camadas inferiores começam a desenvolver forças sindicais fortes e apesar das tentativas das camadas superiores de dissipar essas forças há um movimento de democratização que não pode ser contido. (PREBISCH, 1981).

Na quarta fase há uma mudança no pensamento das camadas superiores que passam a se interessar pelas melhores sociais das classes inferiores até mesmo como meio propulsor do desenvolvimento pelo poder de consumo que aquelas adquiririam, o poder sindical e o poder político se aliariam para proporcionar as conquistas distributivas adequadas às classes inferiores da população. (PREBISCH, 1981).

O poder distributivo caberia ao Estado, de acordo com Prebisch, além disso, ocorreria com forças políticas dominadas pelas camadas superiores não poderia exercê-lo, apenas quando as forças sindicais e a industrialização tiverem evoluído a ponto de exercer influência sobre as forças políticas para assim adquirir o resultado da distribuição da renda. (PREBISCH, 1981). No entanto, isto se daria numa situação em que a industrialização se desenvolvesse de maneira adequada, mas como já exposto há falhas na substituição de importações, na falta de incentivo as exportações e a falta de investimentos suficientes à industrialização que resultam numa falta de dinâmica da industrialização para se tornar a função absorvente que tem o potencial para ser, tornando o potencial distributivo da industrialização um processo distante.

Países como o Japão conseguiram obter êxito maior em sua industrialização, e apesar de nos anos de pico no crescimento da industrialização latino-americana ter havido comparações aproximando as duas regiões, existem diferenças significativas no Japão. O

ritmo de acumulação japonês foi elevado, decorrente da reforma agrária realizada, o investimento em educação que extinguiu a existência de analfabetos e contribuiu com uma força de trabalho qualificada, além de sindicatos fortes, a soma desses fatores conduziram a uma distribuição mais abrangente entre os elementos da sociedade da produtividade. (PREBISCH, 1981).

O Japão derrotado na Segunda Guerra Mundial recebeu ajuda dos Estados Unidos, assim como a Alemanha Ocidental para a modernização desses países, o plano Marshall colaborou para a rápida recuperação desses países. Hobsbawm deixa claro que esses países já tinham potencial para se tornarem potências, no entanto houve uma aceleração desse processo. Além disso, as limitações que eram impostas a política externa desses países diminuía os gastos na área bélica fator que contribui para o crescimento econômico do Japão. (HOBSBAWM, 1995).

As diferenças existentes na condução da industrialização em busca do desenvolvimento econômico, diante do exposto, nos dois casos (Japão e América Latina) foram decisivas para os diferentes resultados tanto no sucesso das indústrias como nos reflexos sociais adquiridos.

1.3 As cinco fases de Prebisch

Prebisch em análise de sua obra divide seu pensamento em fases, no texto “Cinco etapas no meu pensamento sobre desenvolvimento” de 1986. A primeira fase corresponde às primeiras reflexões e indagações do autor depois de terminados os períodos dos cargos públicos que exerceu como subsecretário de finanças e no Banco Central da Argentina. A segunda fase trata-se do período no qual fez parte da Cepal que corresponde ao período de 1949 aos primeiros anos da década de 50, no qual com ideias mais maduras publica textos com suas reflexões como, por exemplo, o artigo “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”. (PREBISCH, 1986).

A intenção de Prebisch era oferecer um pensamento alternativo ao fornecido pela ortodoxia, à vista disso o economista confessa que sua intenção nessa época era que os países latino-americanos se industrializassem, ressaltando que alguns já haviam começado o processo de industrialização e para isso criou uma justificativa teórica. A justificativa se baseava na dicotomia centro periferia, na deterioração dos termos de troca e na industrialização como função que absorve a mão de obra e aumenta a renda e o progresso

técnico não apenas aplicado às atividades primárias, mas também aplicado a outras áreas. (PREBISCH, 1986).

A metade dos anos 50 e o início dos anos 60 correspondem a Terceira Etapa de Prebisch, na qual grande parte dos países periféricos haviam se industrializado e a substituição de bens de consumo não duráveis tinha quase se esgotado para o mercado, assim o foco eram os bens de capitais e intermediários e a crítica à condução do processo de industrialização que foi comandado com a falta de estímulo ao restante dos produtos voltados as exportações, pois estes viabilizariam o processo de substituição de importações. (PREBISCH, 1986).

A quarta etapa começa em 1963 e vai até o final dos anos 60, corresponde ao tempo no qual Raúl Prebisch atuou na Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), no cargo que assumiu tentou intermediar as relações entre o centro e a periferia e propagar as suas ideias de cooperação internacional, por causa das funções que adquire na instituição que não lhe proporcionam tempo para sua produção acadêmica segundo ele próprio recorre ao seu pensamento anterior desenvolvido em seu período na Cepal. (PREBISCH, 1986).

Depois de anos trabalhando nas intermediações entre Norte e Sul, Prebisch é convidado pela Cepal para publicar uma série de artigos chamada de “Capitalismo periférico” que corresponde à quinta etapa do pensador do autor, a industrialização ocorreu, eram visíveis os frutos do aumento da produtividade nos preços, no entanto a periferia continuou a seguir o modelo do centro imitando suas instituições e formas de consumo e suas ideologias, permaneceu a relação centro periferia de maneira reformulada. As estruturas de poder se desenvolvem, mas não chegam ao patamar de executar a distribuição, indo contrariamente ao que Prebisch defende que é a necessidade de aliar o desenvolvimento econômico com a igualdade social. Assim, apesar dos avanços em termos de industrialização periférica permanece a hegemonia do centro perante a periferia. (PREBISCH, 1986).

Diante do exposto pode-se concluir que a industrialização ocorreu na periferia, mas não cumpriu o papel social teorizado inicialmente, não minimizou as diferenças distributivas na maioria dos casos em especial na América Latina, ao contrário as aumentou ou perpetuou, além de expandir outros problemas de forma reinventada como a inflação. Apesar de não ter cumprido seu objetivo social a industrialização periférica era necessária para que os países periféricos se enquadrassem no novo cenário mundial. O Estado possuiu grande influência sobre o processo de industrialização, o conduzindo através do processo de substituição de

importações e outras políticas voltadas para esse objetivo. Um nível de crescimento econômico foi atingido na América Latina, no entanto sem o desenvolvimento social compatível.

O capítulo 1 mostrou a industrialização e as reflexões de Prebisch sobre o assunto ao longo de algumas de suas obras, diante disso o capítulo 2 tem como finalidade apresentar outros conceitos importantes na obra do autor são eles: a deterioração dos termos de troca e os ganhos de produtividade.

2. DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE TROCA E GANHOS DE PRODUTIVIDADE

2.1 Introdução

A industrialização era considerada por Prebisch como o meio de elevar o padrão de vida das massas ao contrário da divisão internacional do trabalho corrente na época, a qual indicava que os países industrializados se mantivessem focados nessa atividade e os países produtores de matérias primas também permanecessem da mesma maneira. Isso aconteceria porque os frutos do progresso técnico seriam distribuídos de maneira igual entre todos os países, a crítica de Prebisch de 1949, discorda da distribuição igualitária e defende que os países considerados periféricos especializados em produzir produtos primários obtiveram menores partes dos resultados do progresso técnico.

A industrialização é colocada como a resposta para minimizar as diferenças entre a distribuição dos frutos do progresso técnico entre centro e periferia. No entanto, existe um mecanismo de perdas pelos movimentos do capitalismo colocado por Prebisch que faz com que os preços dos produtos primários se mantenham abaixo dos que são industrializados. Posto isso, o presente capítulo tem como propósito apresentar como Prebisch expõe os movimentos repetidos de perdas da periferia e sua relação com a produtividade, além das interações de consumo e como esses fatores refletem na conjuntura desigual das sociedades centrais e periféricas.

1.2 Deterioração dos termos de troca e produtividade

A relação entre o centro e a periferia descrita por Prebisch traz consigo a perda ocorrida nos países da periferia por se especializarem na exportação de produtos primários. No entanto, trata-se de um movimento repetitivo de perdas que apenas acumula danos a renda da periferia, chamado de deterioração dos termos de troca, como exposto por Prebisch em 1949.

Os movimentos cíclicos dos países centrais essenciais para o desenvolvimento proporcionam a perda de parte da renda dos países periféricos. Isso ocorre porque a industrialização nos países centrais ao aumentar a produtividade e desfrutar do progresso técnico não reflete esse movimento numa queda dos preços. As rendas dos empresários e dos fatores produtivos elevam-se e os preços dos produtos industrializados se mantêm altos em

detrimento dos preços dos produtos primários. O resultado é a perda de parte do progresso técnico dos países periféricos a serem repassados aos países centrais. (PREBISCH, 2000a).

O ciclo típico de uma economia capitalista tem uma fase ascendente (na qual o lucro se expande) e descendente (na qual o lucro contrai), descrevendo duas inclinações, e distintas relações nos países do centro e nos países periféricos. Os produtos primários são afetados primeiramente na fase ascendente do ciclo, levando ao aumento dos preços, enquanto os produtos industrializados são afetados mais tardiamente, essa resposta se repete na fase descendente, os preços dos produtos primários caem mais velozmente do que os dos produtos finais. Assim, há um acúmulo de diferenças ao longo dos ciclos que explicam as disparidades entre centro e periferia ao longo do tempo. (PREBISCH, 2000a).

O motivo para os comportamentos dos países do centro e da periferia serem distintos se dá no ocorrido na fase ascendente dos países centrais, na qual parte dos lucros aumentados é usada para a expansão dos salários, em razão da evolução dos sindicatos e seus mecanismos de pressão, além da própria concorrência entre as empresas que pode levar a aumentos salariais. Na fase descendente acontece o descrito por Prebisch a seguir: “o lucro tem que contrair, a parcela que se transformou nos citados aumentos perde sua liquidez no centro, em virtude da conhecida resistência à queda dos salários.” (PREBISCH, 2000a, p. 87). Os salários e lucros da periferia ao contrário do centro não se mostram tão inflexíveis, decorrente das organizações trabalhistas fracas do setor primário que não tem grande poder de pressão resultando na renda menor das periferias em comparação com o centro. (PREBISCH, 2000a).

Em última instância o aumento dos salários na fase de crescimento dos lucros constitui uma defesa para a fase de contração dos lucros, na qual conseguem assegurar seu padrão de vida. A pressão é deslocada para a periferia e o aumento de produtividade no centro não reflete uma queda dos preços. Além disso, cabe ressaltar que houve uma diminuição na jornada de trabalho que contribui para camuflar os ganhos de produtividade. (PREBISCH, 2000a).

O setor de produtos primários também seria afetado pelo aumento de produtividade, a mão de obra que seria expulsa das zonas rurais teria absorção nas novas indústrias que seriam criadas, além disso, as atividades industriais potencializadas proporcionariam o aumento de renda dos trabalhadores. (PREBISCH, 2000a).

Na dinâmica dos movimentos cíclicos típicos de uma economia capitalista, quando se encontra num momento internacional declinante, na hipótese de um país basicamente agrário, tende a afetar mais a renda do que o desemprego. Assim, depois da depressão mundial

causada pela crise de 29, em muitos dos países latino-americanos, a maior parte da população que foi procurar emprego nas cidades conseguiu ser reincorporada pelo campo, a renda rural caiu drasticamente e em proporção menor caiu a oferta de empregos. (PREBISCH, 2000a). Não seria o que aconteceria caso houvesse uma concentração desses trabalhadores na cidade assim como escrito por Prebisch: “O mesmo não seria esperável depois de a indústria haver concentrado massas relativamente grandes nas cidades: nesse caso, o problema cíclico do desemprego adquiriria graves projeções sociais.”. (PREBISCH, 2000a, p. 124). Se ocorresse uma concentração urbana no momento descendente da economia não poderia ser esperado que os resultados diminuíssem mais a renda do que a oferta de emprego, ambos poderiam ser igualados ou haver um aumento extraordinário do desemprego que criaria uma massa sem renda alguma.

A renda do trabalhador para ser aumentada depende do crescimento da produtividade, para assim expandir a poupança do trabalhador. Os países latino-americanos tem um baixo capital tendo que recorrer ao capital estrangeiro, o capital se mantém baixo nesses países porque quando há um aumento de renda, diante disso a parcela tem acesso a esse aumento opta pelo consumo de bens supérfluos em detrimento da poupança que poderia ser usado como propulsor do desenvolvimento econômico. (PREBISCH, 2000a).

A forma de consumo adotada torna-se importante, porque através dela são concluídos os investimentos compatíveis com o progresso técnico, assim com a existência de disparidades de renda as decisões de consumo ficam restritas a um pequeno grupo de pessoas. Além disso, as desigualdades de renda podem ser compatíveis com o consumo de estímulo ao desenvolvimento, em termos históricos, apesar dos problemas causados por essas discrepâncias. (PREBISCH, 2000a). Como mostrado por Prebisch no trecho a seguir: “As grandes disparidades da distribuição de renda podem e têm sido historicamente, um fator favorecedor da acumulação de capital e do progresso técnico. Sem desconhecer o que isso significou também nesses países...”. (PREBISCH, 2000a, p.109).

A eficácia produtiva da periferia tem como outro empecilho a concepção de copiar o desenvolvimento das indústrias praticado pelos centros, no qual a concorrência favoreceu a especialização que induziu a trocas proveitosas e o progresso técnico pode dividir seu produto em maneira semelhante ou igual entre os países. A cópia desse desenvolvimento pelos países periféricos tende a diminuir a eficácia produtiva e dificultar o objetivo social almejado. (PREBISCH, 2000a).

Os Estados Unidos obteve um aumento de produtividade e renda que elevou o padrão de vida das massas, ampliou os direitos trabalhistas como a diminuição do número de horas trabalhadas e houve um crescimento dos gastos públicos sem prejuízo ao crescimento do processo de acúmulo de capital. A América Latina segue essa tendência, assim surge a preocupação com o consumo de parcela da poupança no mercado interno pela necessidade desses países. O consumo feito de maneira incorreto cria apenas a ilusão passageira de que o padrão de vida das massas se elevou, é preciso que sejam feitos os investimentos para o desenvolvimento da produtividade. (PREBISCH, 2000a).

Como já exposto a América Latina possui dificuldades de recursos e capital, no entanto para alcançar o objetivo social almejado é necessário aumentar a produtividade como expresso por Prebisch, no trecho a seguir: “E, se essa finalidade consiste em aumentar o bem estar mensurável da coletividade, o aumento do capital por homem tem que ocupar um lugar prioritário de grande destaque”. (PREBISCH, 2000a, p. 110). Os investimentos divididos em investimentos privados e investimentos públicos não se mostram suficiente para atingir o cenário futuro desejado através do crescimento da produtividade, a saída seria o investimento em bens de capital, pois aumentariam a produtividade e consequentemente o capital por homem. (PREBISCH, 2000a).

O ciclo descrito tem reações quanto ao emprego e a demanda interna, na fase ascendente as exportações crescem em conjunto com a demanda interna, dos empregos e a renda real, o aumento da renda real ocasiona o aumento das importações sob um determinado padrão de consumo. (PREBISCH, 2000a).

A elevação da renda como já foi dito instiga o aumento do consumo de bens importados chamados por Prebisch de “não essenciais”, mas a elevação do padrão de vida das massas também altera a necessidade de outros produtos, como os bens de consumo duráveis. As importações dos bens de consumo duráveis apesar de não se tratar dos bens não essenciais também podem ter seu consumo postergado. (PREBISCH, 2000a)

O problema exposto por Prebisch é reiterado em 1961 e denuncia que as economias conduzidas pelas exportações tendem a uma redução global da renda da economia, isto porque na fase ascendente obtém um crescimento de produtos exportados e na fase descendente tem que lidar com esse crescimento anterior por meio das importações, que são requeridas numa quantidade maior do que se pode arcar com os custos, assim a opção por uma política monetária ortodoxa conduz a uma redução da renda até que diminuam as

importações para serem compatíveis com as exportações, assim ocorrem perdas de renda nos ciclos. (PREBISCH, 2011).

Os preços acompanham as fases ascendente e descendente, assim na fase ascendente os preços sofrem altas proporcionando lucros maiores para os empresários, que na conjuntura da alta de preços internos e lucros maiores podem recorrer à novos investimentos. No entanto, a relação do consumo torna-se destaque nesse ponto, pois a ascensão de novos lucros pode ocasionar uma maior demanda de produtos importados em detrimento dos produtos internos. A proteção para o mercado interno é o uso das proteções alfandegárias, mas apenas na medida em que compensam as diferenças entre a produtividade do país com a externa, quando as proteções alfandegárias (como por exemplo, restrição das importações) são usadas para aumentar ainda mais os lucros dos empresários ocasionando um preço exacerbado dos produtos internos sem ter como causa a inflação pela expansão de crédito. (PREBISCH, 2011).

Outra situação pontuada por Prebisch (2011), além do aumento de preços para compensar a baixa produtividade por meio do protecionismo é o crescimento dos investimentos e créditos além do que o equilíbrio das transações permite, a consequência é ampliar e aproveitar a capacidade ociosa, mas a conclusão geral é que o aumento elevado desses créditos leva a um aumento equivalente nas importações.

Os empregos aumentam com a expansão dos lucros, tanto nos investimentos como nos setores relacionados ao consumo. O Estado sente o reflexo dessas alterações no aumento do recolhimento de impostos e nos gastos do governo. (PREBISCH, 2011).

O movimento descendente da economia traz consigo o movimento inverso do ascendente diminuição da demanda, das exportações, dos lucros, dos empregos, dos investimentos, da renda e por fim das exportações. Assim, o Estado também sofre os reflexos em suas arrecadações que caem, no entanto pode manter os estímulos aos investimentos e gastos que se concluem no déficit de suas contas e a consequente inflação; os investimentos conduzidos dessa maneira resultam numa diminuição da queda das importações que acaba por aumentar ainda mais os desequilíbrios na balança comercial. (PREBISCH, 2011).

Os desequilíbrios econômicos possuem duas origens: a estrutural e a passageira. A causa estrutural ocorre quando há uma valorização da moeda do país em questão, ocasionada pela pressão inflacionária sobre os preços ou um aumento de produtividade acima do que é permitido pela produtividade do país. A valorização da moeda, nesse caso, acima dos valores

de exportações e importações tende a aumentar as importações, assim resultando no desequilíbrio estrutural. (PREBISCH, 2011).

O aumento das importações, no caso estrutural, segue os seguintes movimentos descritos por Prebisch:

Enquanto não há obstáculos ao crescimento das importações, a alta interna de preços limita-se aos bens e serviços que não vinculados ao comércio exterior, de tal modo que o desequilíbrio externo é a simples consequência direta da pressão inflacionária. E, quando se recorre a medidas limitativas diretas para atenuar ou corrigir esse desequilíbrio, a alta dos preços se estende a toda a economia e acarreta o reajuste de salários (PREBISCH, 2011, p. 412).

A consequência do reajuste de salários sem o respaldo do aumento das exportações é a elevação dos preços das exportações de forma artificial, diante disso as exportações correm o risco de perder seu poder competitivo e as restrições de importações de artigos que anteriormente tinham sua entrada impedida ou com taxas alfandegárias superiores podem ser excluídos dessa situação se tornando competitivos no mercado interno. (PREBISCH, 2011).

O desequilíbrio quando é passageiro, situa-se na expansão de crédito para estímulo da economia interna. Assim, os preços de importações e exportações aumentam e por algum tempo os gastos necessários para a produção continuam os mesmos, ocasionando a geração de lucros altos que podem dinamizar a economia por meio de novos investimentos estimulando novas áreas ao desenvolvimento por substituição de importações e fortalecendo as áreas já vigentes. O problema surge quando os salários aumentam e o efeito dos lucros excepcionais é perdido e para manter o novo cenário interno alcançado é necessário recorrer às desvalorizações, contenção das importações, ou auxílio das exportações. (PREBISCH, 2011). Como o ajuste é por meio da desvalorização dos salários Prebisch descreve os resultados como “surte efeitos regressivos na distribuição de renda.” (PREBISCH, 2011, p. 412).

O dilema levantado sobre usar ou não o recurso de desvalorização da moeda é agravado quando o aumento dos gastos se dá em conjunto com a deterioração dos preços externos, se escolherem a opção de não desvalorização obtém a desaceleração da economia como resposta, entretanto se recorrem à desvalorização tem como resultado o aumento dos bens de consumo mais solicitados. As consequências são regressivas no que se refere à distribuição de renda, no primeiro caso os efeitos vão demorar mais para se tornarem perceptíveis, no segundo são mais velozes. (PREBISCH, 2011).

Prebisch (2011) critica a maneira excessiva que é usada pelos países latino-americanos para lidar com a inflação, com exceção dos casos graves como em guerras ou queda crescente das exportações; um exemplo desses excessos é a valorização da moeda acima do preço que deveria estar; a consequência é o não aumento de preços das importações que afetariam consideravelmente as relações de consumo. Essa política tem seus limites segundo as experiências dos próprios países latino americanos eventualmente a moeda terá que ser desvalorizada, caso contrário à valorização da moeda pode acompanhar um reajuste positivo nos salários entrando num ciclo de aumentos prejudicial para a economia.

A valorização monetária pode ocorrer com a expectativa de corrigir os erros e aumentar os salários, mas o problema surge quando ocorre o movimento inverso a esse, que pode ter um patamar mais elevado do que o esperado e entrar em ciclos repetitivos de quedas. (PREBISCH, 2011).

A relação dos preços de intercâmbio quando enfrenta uma deterioração pode alcançar um nível inferior ao inicial, antes da valorização monetária, a recorrência à desvalorização exige para normalização das exportações o encolhimento da renda dos trabalhadores. O reflexo é a necessidade de mudanças nos modos de produção e na estrutura econômica e social, essas transformações não são favorecidas ou são distanciadas pelo propósito de manter ou aumentar a renda das atividades exportadoras. Assim, para não recorrer às desvalorizações e suas consequências deveria haver incentivos para combater os problemas estruturais que não cabem na ortodoxia. (PREBISCH, 2011).

Uma das deficiências estruturais encontradas nos países periféricos é o estrangulamento externo do desenvolvimento, um dos exemplos desse estrangulamento é na época do chamado de Mercado Comum Europeu que praticava diversos protecionismos entre os seus membros. O estrangulamento externo não é um reflexo apenas do escasso desempenho das exportações de produtos primários perante os produtos industrializados centrais ou da falta de integração entre os países latino-americanos há outro fenômeno que tem influenciado muito é a deterioração das relações dos preços de intercâmbio que no caso latino-americano o valor das exportações por habitante caiu de 58 dólares em 1930 para 39 dólares em 1950. (PREBISCH, 2000b).

Os países periféricos demonstram dificuldades em reter os frutos do progresso técnico com a deterioração das relações de preços demonstrado, a consequência é a exacerbação do estrangulamento externo que provoca uma queda na acumulação de capital e pode impor dificuldades ao próprio desenvolvimento. (PREBISCH, 2000b).

A superação dos desequilíbrios estruturais como o estrangulamento externo e a conduta de tratá-los como problemas estruturais com as políticas adequadas são atitudes essenciais para o desenvolvimento econômico, caso contrário a América latina tende a se enquadrar num cenário de desenvolvimento fechado, estabelecendo uma relação de intercâmbio com o resto do mundo cada vez mais prejudicada. Portanto, torna-se preciso a cooperação internacional tanto no fortalecimento das relações de intercâmbio entre os países como na necessidade de financiamento, Prebisch ressalta em 1963 que caso contrário poderia haver graves consequências nas democracias latino-americanas que poderiam ser subjugadas a regimes autoritários. (PREBISCH, 2000b).

O progresso técnico que está sendo perdido pelos países latino-americanos pelas suas condutas e o não empenho na resolução dos problemas estruturais torna-se necessário para obter os ganhos de produtividade necessários para o deslocamento dos trabalhadores para áreas em que se tem maior ganho de produtividade e eficácia. Na periferia o tempo desse deslocamento é muito maior porque é grande a quantidade de trabalhadores que estão alocadas em atividades de baixa produtividade, apesar do impulso dado pela industrialização. A maioria dos países latino-americanos, quando começou o processo de industrialização a quantidade da população em atividades de baixa produtividade era tão grande que tornou o processo de transição para posto de trabalhos em atividades de maior produtividade mais difícil e vagaroso do que em países em que a população fosse relativamente menor. (PREBISCH, 1981).

Prebisch em 1949 pressupunha uma absorção quase automática da mão de obra que seria deslocada do aumento da produtividade nas atividades primárias para as atividades industriais de maior renda por trabalhador, mas isso não ocorre Prebisch então em 1981 elabora a explicação para o fenômeno e suas consequências sociais.

A acumulação de capital depende do aumento da produtividade para se incrementar e com os reinvestimentos potencializar ainda mais os aumentos de produtividade; a incapacidade de produzir esse capital reprodutivo conduz a quantidade imensa das populações em camadas inferiores, isso ocorre porque a força de trabalho cresce num ritmo superior ao ritmo de produtividade. Assim, surge nos países latino-americanos uma parte favorecida da população que vive a situação de ditar os rumos do consumo do país, pois são as camadas que obtém o aumento no seu poder de consumo. (PREBISCH, 1981).

O desperdício do potencial de acumulação não é o único problema relativo à absorção da mão de obra, além disso, os estratos inferiores da sociedade tem aumentado seu número

com o passar dos anos. A não incorporação suficiente de trabalhadores pode acontecer quando o ritmo de produtividade é suficiente, pois se o aumento das classes inferiores se elevar a um ponto muito alto passa a absorver uma quantidade menor de mão de obra o que também não corresponderia às expectativas de absorver toda a imensa mão de obra dos países latino-americanos. (PREBISCH, 1981).

A grande heterogeneidade dentro dos países faz com que haja uma absorção desigual do progresso técnico dentro dos próprios países e o fortalecimento de uma classe superior privilegiada pode alcançar algum nível de prosperidade econômica, no entanto estimulam a persistência da ineficácia do sistema no âmbito social. (PREBISCH, 1981).

A demanda mostra um papel importante no desenvolvimento e as técnicas que tem o poder de mudar a demanda são divididas por Prebisch em dois tipos: as que aumentam a produtividade e as que pluralizam os serviços e bens, as duas se mantêm interligadas. Assim, o aumento da produtividade instiga as imitações pertinentes ao capitalismo em novas formas imitativas decorrentes das constantes inovações dos centros. No caso dos bens e serviços são atendidas tanto as mudanças recorrentes a demanda de comércios como as pertinentes ao poder público. (PREBISCH, 1981).

O comportamento dos produtos primários e industrializados é diferente perante as diversificações e a demanda, os produtos primários possuem vagaroso crescimento da demanda principalmente no setor de alimentos, além disso, a diversificação desses produtos é bem limitada principalmente se comparado ao potencial de diversificação dos produtos industrializados. Portanto, os produtos industrializados tem um poder de diversificação e demanda considerado ilimitados, isso ocorre porque quando a demanda de um bem tende ao esgotamento pode haver uma reformulação do produto ou a criação de um novo, aí então é mostrado o potencial inovador dos centros e a importância do avanço científico e técnico neste potencial. (PREBISCH, 1981).

O avanço técnico e científico é essencial para o aumento de produtividade, no entanto por causa das diferentes respostas em relação às diversificações dos produtos, os quais primários que possuem limites maiores do que os industrializados. Assim, o meio de acumular capital nas atividades primárias é através do aumento da produtividade que exposto tende a tornar a atividade de expulsão e não absorção de mão de obra, essa mão de obra desocupada vai para as áreas urbanas em busca de emprego. (PREBISCH, 1981)

Em 1981, Prebisch formaliza um conceito de produtividade em sua obra, exposto a seguir:

“O conceito de produtividade concerne ao esforço humano cada vez menor que se requer para produzir uma mesma quantia de bens e serviços graças ao aumento do capital de bens físicos, nos quais se concentram inovações tecnológicas, assim como do capital que se investe em formação humana.”. (PREBISCH, 1981, p. 65, tradução nossa).

A própria conceptualização de Prebisch quanto à produtividade nos mostra que o seu aumento trará a diminuição da mão de obra, assim como mostrado no exemplo das atividades primárias a produtividade tende a transformar a atividade em uma atividade repelente de mão de obra e não de absorção de mão de obra.

O capital que segundo Prebisch investido em bens físicos e os que se convertem em formação humana, ou seja, os que aumentam a produtividade são considerados capitais reprodutivos e os usados em prol do incremento da eficácia são chamados de não reprodutivos. A eficácia e a produtividade não se diferenciam somente pelo caráter reprodutivo de seus capitais, mas também pelo emprego de trabalhadores quando aumentado o nível de alguma delas, enquanto o aumento de produtividade exige necessariamente uma diminuição de trabalhadores para uma mesma quantidade produzida de bens a eficácia exige o aumento de capital por pessoa, mas não tem a necessidade de diminuir a quantidade de força de trabalho, pois tem como objetivo criar novos bens ou reformatações dos existentes. No entanto, apesar de serem conceitos diferentes a eficácia e a produtividade andam juntas nas necessidades de produção dos países. (PREBISCH, 1981).

O desenvolvimento exige a produção de capital reprodutivo, obtido através da produtividade, assim como a dinâmica do próprio capitalismo necessita da diversificação. Para que isso ocorra é preciso primeiramente que haja um aumento de produtividade para que assim o capital reprodutivo seja suficiente para viabilizar suas próprias atividades e as atividades do capital não reprodutivo. A necessidade de capital reprodutivo é essencial para que através de novas atividades absorvam a mão de obra que será deslocada com o aumento da produtividade (PREBISCH, 1981).

A importância do capital reprodutivo na economia é expressa pelo exemplo do Uruguai mostrado por Celso Furtado (1985) em reflexão ao período em que esteve na Cepal, o Uruguai possuía uma economia baseada na pecuária extensiva e perante um país democrático, desfrutava de progressos políticos e sociais (como o exemplo dos benefícios previdenciários) assim sendo considerada uma versão menor da Argentina. Os avanços eram provenientes do excedente gerado pela pecuária extensiva na fase expansiva que era remanejado pelo Estado para viabilizar os progressos. No entanto, quando foi consolidada a

fronteira agrícola o aumento do excedente dependeria do maior dispêndio de capital que resultariam na menor necessidade de trabalhadores, os quais teriam que ser absorvidos pelas cidades, para isso era preciso o crescimento dos investimentos reprodutivos, mas algumas camadas sociais não estavam preparadas para esse desenvolvimento como expresso a seguir por Celso Furtado:

Tanto a oligarquia beneficiária do sistema primário-exportador, que se considerava vítima por ter que compartilhar com o resto da população um excedente que antes fora exclusivamente seu, como a classe média de espírito corporativista que exercia pressão sobre o Estado, negavam-se a ver a nova realidade. (FURTADO, 1985, p. 86).

A falta de interesse nas problemáticas econômicas teve em um dos seus sintomas a falta de dados estatísticos no país na referida época. (FURTADO, 1985). Assim, é mostrada a importância do capital reprodutivo para a manutenção de um quadro econômico favorável nos países periféricos.

Os meios de comunicação e difusão social também se desenvolvem nesse contexto e os centros apontam novas necessidades aos consumidores, sendo compreensível a inclinação de preferência aos produtos com tecnologia mais avançadas. No caso do capitalismo periférico essa preferência depende da inserção social, assim quanto maior a desigualdade distributiva presente no lugar, mais intensa será a preferência dos que são favorecidos na desigualdade. A contradição existente na periferia é a necessidade desses produtos avançados que requerem um maior capital por unidade para a produção ou tais produtos são adquiridos através de importações. (PREBISCH, 1981).

A diversificação do consumo tem custos sociais ao capitalismo periférico, o aumento da produtividade se faz preciso, mas como absorve uma mão de obra menor empurra a população para atividades com capital reprodutivo menor. O problema surge quando a demanda desses bens mais avançados eliminam os bens de capacidades inferiores, apesar de se tratar de um processo natural do desenvolvimento, nos países periféricos se torna um processo precoce e conduzido pela satisfação pessoal de uma minoria. Assim, conclui-se que o capital não reprodutivo pode ser prejudicial se escolhido precocemente nos países periféricos principalmente em seu caráter excludente, pois se desenvolvido antes do capital reprodutivo atingir as camadas mais baixas população não consegue cumprir seu papel social. (PREBISCH, 1981).

Prebisch ressalta a inevitabilidade das mudanças em relação às capacidades técnicas das inferiores para as capacidades superiores até mesmo na dinâmica global, no entanto é um processo que tem que ser conduzido com racionalidade para que a distribuição do capital acumulado seja executada de maneira que abranja as classes inferiores. (PREBISCH, 1981).

Um talento individual pode ultrapassar os moldes da produtividade periférica e por características individuais romper para estratos sociais mais altos, por seu dinamismo e experiência usados de determinadas formas terminam em uma camada social diferente da inicial. Entretanto, essa possibilidade não significa uma mudança nas camadas ou maior mobilidade social o indivíduo que se sobressai ao se introduzir nas camadas privilegiadas passa a favorecer-se mantendo a estrutura excludente da sociedade. (PREBISCH, 1981).

Diante do exposto pode-se concluir que para Prebisch os movimentos ascendente e descendente da economia aumentam as diferenças entre centro industrializado e periferia especializada em produtos primários. Com o processo de industrialização periférica era esperado um aumento da renda por trabalhador, mas o resultado alcançado não foi o almejado, o aumento da produtividade nas atividades primárias que expulsaria mão de obra a qual seria absorvida pela indústria que era uma atividade com a renda por trabalhador maior não ocorreu e a mão de obra deslocada ficou desempregada ou se submeteu a trabalhar em atividades de renda inferior por trabalhador. Isso aumentou as diferenças distributivas que culminam numa pequena camada de pessoas responsáveis pelas decisões de consumo do país, esses comportamentos podem conduzir a demanda excessiva de bens importados em detrimento dos investimentos que seriam necessários para o desenvolvimento econômico. Cabe ressaltar que o próprio conceito de Prebisch, quanto à produtividade é de maximizar os bens físicos em detrimento do humano, no entanto é preciso porque é um capital reprodutivo ao contrário da eficácia que diversifica e altera os produtos e não necessariamente precisa da expulsão de trabalhadores, mas não constitui um capital reprodutivo para se realizar, além disso, são dois conceitos que andam em conjunto e para um desenvolvimento coerente ambos são necessários.

Os principais conceitos de Prebisch e a forma como se interligam aos aspectos sociais ao longo das obras propostas para análise foram apresentados, no capítulo 3 se observará os principais conceitos e expectativas em relação à desigualdade social, o seu agravamento na periferia a partir dos anos 60, quais os motivos apontados para sua intensificação e a forma mais coerente de conduzir essa situação para aliar o desenvolvimento social com o

desenvolvimento econômico. Além disso, serão mostrados os estratos sociais presentes nesse cenário e como podem influenciar no desenvolvimento econômico.

3. DESIGUALDADE SOCIAL

3.1 Introdução

O presente capítulo tem como objetivo mostrar a desigualdade social e os principais motivos apontados por Prebisch para sua ocorrência e agravamento, além da presença de estratos sociais e suas influências sobre o desenvolvimento econômico e a sociedade. Inicialmente em 1949, as diferenças sociais entre os países são usadas por Prebisch como a prova de que a divisão internacional corrente na época não estava ocorrendo como defendido pelos teóricos. As dúvidas ocorrem porque as disparidades sociais entre países do Norte e Sul eram incabíveis se de fato todos os países estavam recebendo de maneira igualitária os frutos do progresso técnico.

Os movimentos capitalistas de ascendência e descendência têm como já mostrados comportamentos diferentes entre os países industrializados e os países especializados na exportação de matérias primas, acumulando perdas repetidas aos países especializados em matérias primas e sacrificando parte de suas vantagens do progresso técnico aos centros.

A introdução de industrialização nos países periféricos, em sua maioria, esboça um novo cenário nas relações entre os próprios países periféricos e na relação destes com os países centrais. Posto isso, o capítulo será iniciada com o texto de Prebisch de 1949, “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”.

3.2 Desigualdade Social

O conceito de Prebisch de “objetivos sociais” inserido em 1949 é explicitado no fragmento a seguir: “Se, tendo objetivos sociais em mente, a questão é elevar ao máximo a renda real, não podem faltar considerações anticíclicas num programa de desenvolvimento econômico” (PREBISCH, 2000a, p. 79). Assim, nesse momento as definições de Prebisch de objetivos sociais e elevação do padrão de vida das massas estão intimamente ligadas aos aumentos de renda real.

Os Estados Unidos conseguiu aumentar a renda dos seus trabalhadores por meio da industrialização e dos fortes sindicatos desenvolvidos pelos trabalhadores que diminuam a flexibilização dos salários. A visão clássica iria propor a diminuição do padrão de vida da

população dos Estados Unidos para equalizar a distribuição dos frutos do progresso técnico, pois assim a teoria funcionaria. (PREBISCH, 2000a). A opinião de Prebisch sobre essa possibilidade é mostrada a seguir: “Basta a enunciação desse fato para compreendermos que a proteção desse padrão de vida, alcançado através de muito esforço, tinha que prevalecer sobre as pretensas virtudes de um conceito acadêmico” (PREBISCH, 2000a, p. 90). Fica clara a intenção de não optar por um padrão de vida em detrimento do outro, mas o de elevar o padrão de vida da periferia que estava defasado, por meio da industrialização e de um baixo coeficiente de importações.

Um dos grandes diferenciais dos Estados Unidos é o baixo coeficiente de importações, um dos motivos principais é porque supri sua própria necessidade de bens de capital. Além disso, o desenvolvimento traz uma nova lógica que se traduz em novos produtos e necessidades para a população. Esse novo padrão de consumo quando não sanado pela oferta de produtos internos leva a importação desses produtos que pressiona a um aumento nas importações. Nos países latino-americanos existe a tendência de não satisfazer o padrão de consumo, logo um aumento de renda ocasionaria um aumento das importações. (PREBISCH, 2000a).

O padrão de consumo que pode contribuir para o aumento das importações nos países da América Latina, o fluxo de capitais que saem do país podem ocasionar a inflação. O aumento da inflação pode ser usado como meio para criar uma poupança no caso dela não ser significativa, no entanto essa atitude pode se tornar perigosa, pois ao aumentar os preços podem concentrar num pequeno grupo de pessoas os lucros auferidos pelo aumento de preços e essa população pode utilizá-lo de maneira incorreta, na compra de produtos supérfluos e não de bens de capital, que não instiguem o desenvolvimento econômico (PREBISCH, 2000a).

A ilusão trazida com o aumento da inflação de que o aumento de renda abrangia a população como um todo acontece no pequeno grupo de pessoas, mas com o consumo de bens superficiais em detrimento dos bens de capital trata-se de uma situação passageira, tratam-se das descritas por Prebisch como primeira e segunda fase. (PREBISCH, 2000a). Segundo Prebisch, o cenário esboçado pelos países latino americanos é o a seguir:

A primeira fase parece haver terminado na América Latina. É, enquanto se vai desenrolando a segunda, evidenciam-se antagonismos sociais agudos, que conspiram contra a eficácia do sistema econômico em que vivemos. (PREBISCH, 2000a, p. 113).

O estímulo às desigualdades sociais ocasiona a concentração de renda e condensa as escolhas de um país em poucas pessoas que podem tender a pensar em suas pretensões individuais em prejuízo de uma escolha que possa beneficiar a população como um todo.

A ortodoxia tende a recorrer à inflação diante dos problemas que surgem ou se tornam aparentes com o desenvolvimento econômico. No entanto, o processo de desenvolvimento precisa de alterações na estrutura social e distributiva para alcançar a melhora social almejada. (PREBISCH, 2011).

A inflação pode ser usada pelos empresários para manter os salários baixos frente ao aumento de preços e assim potencializar seus próprios lucros ou os empresários recorrem à expansão de créditos e repassam o aumento para os preços criando uma espiral inflacionária, os trabalhadores não tem como fazer o contrário com a inflação usando-a como instrumento para obter maior renda, assim a inflação não exerce poder redistributivo nas massas de trabalhadores a melhor hipótese é haver um reajuste de salários que os aumente e os coloque na situação inicial, anterior à inflação denominando um fenômeno corretivo. Nesse caso, a alternativa é o uso do imposto que possui a função distributiva a população pode pressionar por meio do poder político que possuem assim como a força sindical para revertê-los em benefícios sociais. (PREBISCH, 2011).

O desenvolvimento econômico é mostrado como meio para aumentar a renda per capita da população por meio da industrialização além do aumento da eficácia e da produtividade. A inflação não constitui segundo Prebisch, o único movimento que dificulta a execução do desenvolvimento econômico e o seu poder redistributivo. Existem problemas fenômenos da ordem de formação social que dificultam as melhoras sociais.

A América Latina já comprovou que o desenvolvimento não seria um fenômeno alcançado espontaneamente e para o processo de industrialização teve como guia o Estado. No entanto, para alcançar ou manter um ritmo de desenvolvimento é necessário resolver os problemas estruturais. (PREBISCH, 2000b). Nos anos 60, quando alcançado um nível de crescimento econômico nos países latino-americanos notou-se o aumento das desigualdades sociais como descrito a seguir por Hobsbawm: “Foi um aspecto da crescente divergência entre o mundo rico e o mundo pobre que se tornou cada vez mais evidente a partir da década de 1960” (HOBSBAWM, 1995, p. 256).

Um fenômeno ocorrido depois da Segunda Guerra Mundial teve influência sobre o aumento das disparidades sociais foi o boom populacional que ocorreu nos países do Terceiro Mundo. A população dos países pobres vivenciou um crescimento demográfico que dobrou a

população mundial de 1950 a 1990, sem precedentes históricos e que trouxe consigo diversos novos desafios a serem enfrentados. Isso se deveu ao ocorrido da “Era de Ouro” caracterizada pela industrialização do Terceiro Mundo (salvo algumas exceções) e consequentemente a modernização levada a esses países. Assim, as taxas de nascimento permaneceram as mesmas nos países pobres que eram altas quando comparadas aos países ricos, mas a modernização trouxe para o Terceiro Mundo novas técnicas médicas e remédios que aumentaram a expectativa de vida e diminuíram a mortalidade infantil ocasionando o aumento populacional. Um exemplo hipotético dado por Hobsbawn é a indagação de como conduzir uma sociedade que tenha 60% da população abaixo dos 15 anos. (HOBSBAWM, 1995).

Os países do Terceiro Mundo não tinham preparo para lidar com esse aumento populacional e na velocidade com que este deu não houve um aumento conjunto da economia e das instituições públicas. Na Europa quando ocorreu o crescimento demográfico veloz pelos mesmos motivos, no século XIX, a velocidade foi cerca de cinco vezes menor do que ocorreu no Terceiro Mundo isso deu tempo à readaptação dos setores sociais se adequarem ao novo número populacional. A tendência é que ocorra o mesmo que ocorreu na Europa e com o tempo as taxas de crescimento diminuam e se estabilizem, mas até isso ocorrer há um aumento ainda maior das diferenças de renda per capita entre os países pobres e ricos, pois apesar do desenvolvimento econômico este não se torna visível em termos sociais se não é na proporção da população, como o caso do México que teve que dividir seu PIB pelo dobro da população que tinha no período anterior. (HOBSBAWM, 1995).

Nos países latino-americanos no início do século XX haviam cerca de 63 milhões de habitantes que cresciam a uma taxa anual de 1,8%, em 1963 a taxa tinha chegado a 2,9% de crescimento anual e uma população de cerca de 220 milhões de habitantes. Apesar dos altos índices de analfabetismo e das precariedades na alimentação, moradia e saúde a América Latina possuía uma renda média anual de 120 dólares, considerada alta. Essa renda acima de outros países periféricos é colocada como uma vantagem para o processo de desenvolvimento tecnológico da América Latina fundamental para uma solução ao problema da pobreza. (PREBISCH, 2000b).

No Brasil, Celso Furtado (2000) nos anos 60 percebe que a industrialização não seria o suficiente para a melhoria social que era esperada, o cenário brasileiro era muito mais grave do que o esperado e as forças que lutavam para a industrialização não percebiam o grave quadro social brasileiro e tendiam a se aliar aos latifundiários e a direita ideológica em detrimento das forças sindicais crescentes.

A estrutura social tem grande influência sobre a distribuição social do país e segundo Prebisch (2000b) a estrutura social influencia no desempenho do desenvolvimento econômico e da evolução tecnológica os problemas apontados por ele da estrutura social latino-americana são os seguintes:

- a) essa estrutura entorpece consideravelmente a mobilidade social, isto é, o surgimento e ascensão dos elementos dinâmicos da sociedade, dos homens com iniciativa e ímpeto, capazes de assumir riscos e responsabilidades, tanto na técnica e na economia quanto nos outros aspectos da vida coletiva;
- b) a estrutura social caracteriza-se, em grande medida, pelo privilégio na distribuição da riqueza e, por conseguinte, da renda; o privilégio reduz ou elimina o incentivo à atividade econômica, em detrimento da utilização eficaz dos homens, da terra e das máquinas;
- c) esse privilégio distributivo não se traduz num ritmo intenso de acumulação de capital, mas em modalidades exageradas de consumo nas camadas superiores da sociedade, em contraste com a vida precária das massas populares. (PREBISCH, 2000b, p. 454).

A concentração de renda constitui um empecilho no sentido de concentrar em poucos o poder de consumo, em Prebisch (2000b) expõe que na América Latina cerca 50% da população era responsável pelo consumo de apenas dois décimos enquanto 5% da população era responsável por cerca de três décimos do consumo total. As decisões que poderiam estimular o desenvolvimento econômico por meio de investimentos são colocadas em poder de uma minoria privilegiada. A tecnologia tornou pela primeira vez viável criar uma dinâmica de desenvolvimento que execute uma função redistributiva seguindo um padrão mais igualitário com o aumento da renda per capita, não se trata de apenas pegar a renda da população com maior renda e distribuí-la, pois isso não seria o suficiente apesar da renda média da América Latina ser maior comparado com as outras regiões não conduziria a uma redistribuição eficaz.

A interação entre a acumulação de capital e a redistribuição de renda nos países centrais se deu primeiramente com a acumulação de capital e depois gradativamente redistribuir a renda pela população, no caso latino-americano a acumulação e a redistribuição do capital teriam que ser feitas conjuntamente para ultrapassar o obstáculo da classe privilegiada com o consumo de bens supérfluos. (PREBISCH, 2000b).

A classe superior latino-americana representada por 5% da população que tem a presença de três décimos do consumo total possui um consumo médio por família cerca de 15 vezes maior do que as classes inferiores formadas por 50% que consomem dois décimos da renda total, se houvesse uma supressão de no consumo para uma diferença de 11 vezes ao

invés de 15 e o restante fosse investido em prol do desenvolvimento econômico a renda per capita cresceria 3% ao invés de 1% refletindo uma redistribuição de renda melhor. (PREBISCH, 2000b).

A mobilidade social tem que se tornar mais flexível nos países latino-americanos para que possam emergir elementos dinâmicos de todas as camadas sociais que possam contribuir em suas especialidades com o desenvolvimento da economia. Para que isso ocorra não é preciso apenas restringir o consumo atual, mas que também se espalhem o consumo pelas diversas classes da sociedade. (PREBISCH, 2000b).

O consumo de bens não essenciais pode influir negativamente no desenvolvimento econômico e na melhoria social, mas existem fatores que podem restringir ou dificultar a acumulação de capital, são eles os fatores de estrangulamentos internos. (PREBISCH, 2000b).

O ponto de estrangulamento interno mais significativo na América Latina é o que se refere à agricultura, pois esta não consegue reter para si os frutos do progresso técnico e criou-se um vão grande entre as rendas da zona rural e da zona urbana, o qual a industrialização não conseguiu minimizar. A zona rural ficou marginalizada politicamente sem a força dos sindicatos e sem uma representação forte como consequência sobre essa população que recaiu a maior parte dos custos da substituição de importações, do protecionismo exacerbado e de outros serviços do Estado que não chegam a estas áreas. Um reflexo grave das diferenças entre zona rural e urbana é a migração em massa do campo para a cidade. (PREBISCH, 2000b).

O aumento do rendimento da terra é essencial para elevar o padrão de vida das zonas rurais. Um estudo usado por Prebisch no qual foram analisados 24 produtos agrícolas que correspondiam a 50% da superfície plantada na América Latina concluiu que o aumento de 60% na produção adquirido nos 20 anos anteriores ao estudo ser realizado, foi adquirido 38% por meio da expansão das terras e 16% através de aumento do rendimento das terras. Isso demonstra a preferência ainda pelo aumento da produção por meio da expansão de terras, no entanto este se mostra um meio finito de aumentar a produção, as terras disponíveis para esse tipo de expansão também tem seus limites e apesar do investimento necessário para a adoção de tais técnicas são necessárias como meio de aumentar a renda da população do campo. (PREBISCH, 2000b).

O crescimento do rendimento aumenta sua relevância nas questões de mecanização da produção agrícola porque o impacto de aumentar a produtividade de uma forma que mecanize as atividades de expulsão de mão de obra e essa população não tenha outra atividade

econômica que a absorva tornam mais precárias e graves as diferenças sociais dentro dos países. Por isso, quando constatado que os trabalhadores não terão onde ser absorvidos a prioridade tem que ser dada aos investimentos que elevem o rendimento da terra e não os que deslocam a mão de obra, para isso é preciso os investimentos não sigam interesses individuais e o Estado planeje coerentemente. (PREBISCH, 2000b).

A predominância das cidades sobre as áreas mais afastadas no processo de modernização do Terceiro Mundo é mostrada por Hobsbawn no fragmento a seguir: “O problema era que, como modernidade e governo andavam juntos, o “interior” era governado pelo “litoral”, o sertão pela cidade, o analfabeto pelo educado.” (HOBSBAWM, 1995, p.345). A educação diante da precariedade interiorana se tornava um atrativo para a migração em direção as áreas mais dinâmicas, pois era tida como garantia empregos a partir da década de 50, quando não conseguia proporcionar para si mesmo tentava-se proporcionar a educação aos filhos, assim é explicada em grande parte o intenso fluxo migratório do campo para as cidades sul-americanas. (HOBSBAWM, 1995).

A condução dessa situação poderia ser feita pela execução da reforma agrária, essa reformulação se faz necessária para Prebisch, porque é necessária uma mudança estrutural que promova maior mobilidade social, o aumento populacional da periferia requer uma quantidade de alimentos e a elevação no nível da população rural. As tensões poderiam ser aliviadas com a reforma agrária, no entanto não seria o suficiente para solucionar os problemas do campo, a renda ainda era muito baixa nesses locais e a redistribuição resultaria numa renda per capita muito baixa por isso o crescimento produtividade seria um passo essencial depois de realizada a reforma agrária para que a renda dos trabalhadores rurais aumentasse. (PREBISCH, 2000b).

Depois da Segunda Guerra Mundial surgiu uma onda de reformas agrárias nas regiões periféricas do mundo como os exemplos da China, Japão, Taiwan, Coréia, Iraque, Síria e Argélia. Na América Latina em 1952 a reforma agrária foi introduzida pela Bolívia, apesar do México defender o agrarismo desde a revolução de 1910 e a Revolução Cubana trouxe a discussão para o âmbito político. Os países latino-americanos passaram a elaborar estatísticas e fazer discursos políticos com o tema da reforma agrária, mas de fato foram raros os casos da execução da reforma agrária. (HOBSBAWM, 1995).

Os modernizadores, de acordo com Hobsbawn (1995), viam vantagens na reforma agrária de maneira política pelo potencial de apoio dessas áreas, ideológica e com menores expectativas, econômica, pois eram reconhecidas as limitações distributivas da reforma.

Assim, como os exemplos da Bolívia (1952) e do Iraque (1958) que tiveram uma grande queda da produção quando foi realizada a distribuição de terras, nos lugares nos quais a produtividade dos trabalhadores agrários já era grande potencializou-se e atingiu os que ainda viam a modernidade como uma ameaça são os exemplos do Egito, Japão e Taiwan. A formação de agriculturas com porte menor não impede a sua eficiência se forem conduzidas por camponeses com a mentalidade moderna.

A maior importância da reforma agrária para Hobsbawm (1995) não é a produtividade e sim seu caráter, a tendência dos países é primeiramente desenvolver economicamente e depois distribuir renda e diminuir a desigualdade social. No fim da “Era de Ouro” a disparidades sociais eram maiores dentro dos países “Terceiro Mundo” do que nos países desenvolvidos, enquanto a América Latina mantinha as maiores taxas de desigualdade de renda seguida da África, a Ásia possuía taxas menores. Isso se deveu a quantidade maior de reformas agrárias que foram feitas nos países asiáticos em comparação as outras regiões. A conclusão de Hobsbawm sobre a desigualdade social latino-americana é a mostrada no fragmento a seguir: “a impressionante desigualdade social na América Latina dificilmente pode deixar de ter relação com a também impressionante ausência de reforma agrária sistemática em muitos desses países.” (HOBBSAWM, 1995, p. 348).

O descompromisso com a população rural na América Latina não é demonstrado apenas pelos raros casos de reforma agrária, mas também pela falta de pesquisa agrária e educação da massa rural, tanto básica como técnica, cabendo essa função a iniciativa privada guiada pelos interesses individuais. Nos Estados Unidos houve incentivos a iniciativa privada, no entanto o progresso técnico da agricultura foi trazido pela junção entre as universidades e o Estado, para que o progresso técnico atingisse seu objetivo social foi conduzido com um cauteloso regime de posse de terras e a absorção da mão de obra expelida pelo campo na cidade. No entanto, têm que ser consideradas as especificidades da América Latina e que os problemas estruturais presentes não são apenas os citados. (PREBISCH, 2000b).

Na América Latina um dos obstáculos e que são recorrentes os casos de situações em que o rendimento econômico da terra tenha um valor baixo em relação ao preço comercial da propriedade. O rendimento econômico baixo além da falta de progresso técnico tem os custos da substituição de importações e protecionismo recaídos sobre si, com o aumento dos preços dos manufaturados, além dos custos de benefícios sociais e outros serviços oferecidos pelo Governo que são usados principalmente pelas áreas urbanas que cresceram extraordinariamente e não chegam ou chegam em menor parte as cidades. Por outro lado, o

valor comercial é potencializado pela inflação. Esse cenário estimula a compra de terrenos não com intuito de aumentar o progresso técnico, mas de fugir ou diminuir os impostos. (PREBISCH, 2000b).

A reforma agrária se torna mais difícil no cenário exposto, pois as terras com valores altos são repassadas aos agricultores que terão dificuldades para lidar com essa carga. Por isso, a forma ideal para estabelecer os valores das terras é por meio do seu rendimento atual para estabelecer um estímulo ao progresso técnico. (PREBISCH, 2000b).

A composição dos estratos sociais tem influência essencial se é almejado desenvolvimento econômico com uma melhora social. Prebisch divide em algumas perspectivas dos efeitos dessa formação das camadas sociais sobre a população e como pode limitar o desenvolvimento.

A concentração nas camadas superiores pela ótica do poder econômico tem um aspecto importante é a concentração dos meios de produção nas camadas superiores. Um detentor dos meios de produção acumula capital e o reverte em novos investimentos, assim apenas os membros das classes altas e intermediárias conseguem acumular capital e não alcança as classes mais baixas na maioria dos casos, um dos maiores motivos é o medo da acumulação de capital das classes mais baixas trazer a elas o poder de influir nas decisões da empresa. A consequência é que a parcela da população que possui os meios produtivos tem melhores possibilidades de introduzir novas capacidades técnicas e maiores possibilidades de acumular capital. (PREBISCH, 1981).

No âmbito do poder social a formação e a educação se traduz nas oportunidades de entrar nas classes privilegiadas, mas essas oportunidades dependem consideravelmente do poder político das classes superiores e intermediárias. O aumento da técnica leva ao aumento da classe intermediária, no entanto somente parte da camada intermediária tem poder político suficiente para trazer para si as qualificações e o restante vê o seu poder caindo com o aumento da oferta de mão obra. O Estado se dedica mais a educação das classes superiores do que a formação das classes inferiores nas quais em alguns casos tentam primeiramente combater o analfabetismo. Apesar da existência dos talentos individuais que conseguem sobressair a esses obstáculos, esses representam uma minoria que não atinge uma amplitude relevante na população das classes inferiores. (PREBISCH, 1981).

A existência de uma classe privilegiada influencia no progresso técnico e na distribuição dos benefícios da produtividade, e essa camada passa a uma relação com o Estado por meio de colaborações financeiras aos partidos políticos, a alocação de pessoas com

prestígio político em cargos de empresas. Porém ao se manifestar nos serviços do Estado propaga os efeitos das disparidades distributivas originados nas empresas agravando as desigualdades existentes entre as camadas sociais. (PREBISCH, 1981).

O Estado não acompanhou o ritmo do desenvolvimento dos países periféricos para Celso Furtado conforme o fragmento a seguir:

à semelhança do ocorrido em outros países da América Latina, cristalizou-se no espírito público a grande aspiração do desenvolvimento, mas não chegara sequer a compreender que isso exigia atribuir novas funções ao Estado e submetê-lo a maior controle social, pois são os segmentos majoritários da sociedade os verdadeiros beneficiários do desenvolvimento. (FURTADO, 1985, p. 177).

A função do Estado deveria ser transformada para atender as necessidades da população como um todo e não dos interesses de classes menores. (FURTADO, 1985).

Para Prebisch, para aliar o desenvolvimento econômico com o término da desigualdade social e o progresso político é necessária uma mudança no sistema. (PREBISCH, 1986). Os Estados Unidos que possuem posição de destaque entre os países centrais tem ciência da desigualdade social presente nos países periféricos, no entanto não admitem que a raiz do capitalismo regente e das disparidades que com eles vieram é a tentativa dos países periféricos de copiar o consumo dos países centrais. Ao contrário, os países periféricos são incentivados pelos países centrais a crescer seguindo a sua imagem. Pela primeira vez a humanidade tem a oportunidade de garantir o bem estar e dignidade a todas as populações, mas essa chance está sendo desperdiçada. (PREBISCH, 1981).

No período em que trabalhou na Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNTACD) Prebisch tentou elaborar uma estratégia global para que os problemas referentes ao desenvolvimento dos países periféricos, no entanto percebeu nas relações Norte Sul que os países do Norte não estavam dispostos a ajudar, o principal argumento era o de que os países do Sul deveriam resolver seus próprios problemas internos pertinentes ao seu desenvolvimento. Os países do Sul também não demonstravam interesse em solucionar seus problemas estruturais, a dificuldade era ampliada com a crise que afetava os países do Norte. (PREBISCH, 1986).

O caminho proposto por Prebisch é realizar uma fusão entre o liberalismo econômico e o socialismo é preciso à junção entre o liberalismo econômico e o liberalismo político. O socialismo é essencial para alcançar o objetivo social, ele é necessário para resolver o problema da desigualdade social por meio de decisões coletivas e o liberalismo econômico

quando são necessárias decisões individuais referentes ao mercado ou ao consumo.
(PREBISCH, 1986).

Conclusão

A industrialização periférica ocorreu, no entanto não alcançou o resultado social esperado por Prebisch de aumentar o padrão de vida das massas. Além disso, surgiram novos problemas de forma reinventada como a inflação. O Estado foi o condutor do processo de industrialização por meio do processo de substituição de importações e outros meios incorporados aos planos de governo que instigassem a indústria.

Os movimentos de ascendência e descendência da economia aumentam as diferenças de renda entre os centros industrializados e a periferia especializada em produtos primários por isso era preciso à industrialização dos países periféricos, os centros tiveram um desenvolvimento dos sindicatos que consegue manter os preços dos salários na fase descendente da economia, enquanto os salários da periferia são mais flexíveis pela força sindical ainda fraca. A produtividade é um elemento essencial para aumentar a renda do trabalhador, mas o aumento da produtividade na agricultura deslocou a massa rural para as cidades, a industrialização deveria absorver essa mão de obra migrante, entretanto não corresponde as expectativas, as indústrias não conseguem absorver toda a mão de obra disponível. Os trabalhadores se concentram nas áreas urbanas e a os que não tiveram inserção na indústria ou se tornam desempregados ou aceitam trabalhar em atividades com renda inferior por trabalhador. A concentração de renda é agravada e condensa ainda mais as decisões de consumo a uma camada privilegiada que pode optar pelo consumo de bens supérfluos em detrimento dos investimentos que impulsionariam o desenvolvimento econômico.

A desigualdade social é agravada também por outro fator, o exacerbado crescimento populacional que houve na periferia quase dobrou a população entre os anos 50 a 90, o Estado e as Instituições periféricas não conseguiram responder com a rapidez necessária. (HOBSEBAWM, 1995). A condução para minimizar a desigualdade seria para Prebisch a reforma agrária, pois teria caráter mais igualitário, mas não seria o suficiente porque a renda ainda era muito baixa, assim seria preciso que fosse aumentava também a renda para ter um efeito maior. Por fim, Prebisch expõe que a saída para a América Latina é uma reforma política na qual se juntasse o socialismo e o liberalismo econômico, o liberalismo nas questões de mercado e o socialismo necessário para o desenvolvimento social.

Bibliografia

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.); A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Campinas. Editora Campus, 1995.

CEPAL; Raúl Prebisch: e os desafios do desenvolvimento no século XXI. Disponível em < <http://prebisch.cepal.org/pt-pt/textos/introducao-keynes> >. Acesso em: 07 janeiro 2015.

DOSMAN, Edgar J. ; Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do terceiro mundo. Rio de Janeiro. Contraponto Editora, 2011.

FURTADO, Celso; A Fantasia Organizada. 3ª ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1985.

FURTADO, Celso; O Capitalismo Global. 4ª ed. São Paulo. Editora Paz e Terra, 2000.

HOBBSBAWM, Eric; Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991. 2ª ed. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

PREBISCH, Raúl; Capitalismo periférico crisis y transformación. México. Fondo de Cultura Económica, 1981.

PREBISCH, Raúl; Cinco etapas em mi pensamiento sobre el desarrollo. In: MEIER, Geraldo M.; SEERS, Dudley (Org.). Pioneros del Desarrollo. Madrid. Editorial Tecnos, 1986, p. 177-193.

PREBISCH, Raúl; Dinâmica do Desenvolvimento latino-americano. Rio de Janeiro. Editora Fundo de Cultura, 1964.

PREBISCH, Raúl; Introducción a Keynes. México. Editora Fondo de Cultura Económica, 1965.

PREBISCH, R.; O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Editora Record, 2000a, p. 71-136.

PREBISCH, Raúl; O falso dilema entre desenvolvimento econômico e estabilidade monetária. In: GURRIERI, Adolfo (Org.). O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios. Contraponto Editora. Rio de Janeiro, 2011, p.393-455.

PREBISCH, Raúl; Por uma dinâmica do desenvolvimento latino americano. In:
BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Editora Record,
2000b, p. 453-488.